ISSN: 2358-8829

UMA ANÁLISE DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS NAS LEIS QUE COMPÕEM O NOVO ENSINO MÉDIO ENTRE 2017 E 2023

Karina Brandão Dias de Lima [1]
Ari Fernando Maia [2]

RESUMO

O artigo analisa a criação dos Itinerários Formativos (entre 2017 e 2024) no Novo Ensino Médio como uma política pública educacional. Fundamentada no referencial teórico de Muller e Surel, Ana Claudia Capella e Michael Lipsky, busca-se entender, por meio da Análise Cognitiva de Políticas Públicas, a articulação entre força pública e expertise privada para estabelecer uma ordem local no campo educacional, investigando as ideias, valores e crenças que orientaram a formulação e implementação dos itinerários. A pesquisa evidencia que a formulação da política foi conduzida predominantemente por instituições privadas com exclusão de educadores e especialistas em educação, revelando a influência da lógica neoliberal e dos interesses do mercado de trabalho na reestruturação curricular, evidenciado principalmente na destinação de 40% da carga horária aos itinerários formativos e na introdução da preparação para o mercado como finalidade do ensino médio, ausente nas versões anteriores da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Quanto à implementação, foram identificados graves problemas estruturais: ausência de formação continuada para professores, sobrecarga docente e necessidade de os educadores elaborarem currículos sem preparo adequado. Essa precariedade resultou no surgimento de disciplinas com conteúdos superficiais e na utilização discricionária das aulas de itinerários para ministrar componentes curriculares tradicionais. Os professores, enquanto burocratas de nível de rua, tornaram-se os principais responsáveis por viabilizar a política mediante adaptações e improvisos, compensando as lacunas do planejamento. Conclui-se que, embora a redução da evasão escolar seja atribuída parcialmente à reforma, persistem contradições entre o discurso da flexibilização curricular e as condições concretas de sua execução. A adaptação do currículo para o mercado de trabalho e o esvaziamento de disciplinas críticas comprometem a formação integral dos estudantes, indicando a necessidade de revisão participativa da política que contemple valorização docente, infraestrutura adequada e integração efetiva entre formação acadêmica e demandas juvenis.

Palavras-chave: Itinerários Formativos, Políticas públicas, Novo Ensino Médio, Burocracia do nível de rua.

[1] Mestrando do Curso de Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista (Unesp) - SP, karina.brandao@unesp.br;
[2] Professor orientador: doutor, Universidade Estadual Paulista (Unesp) - SP, ari.maia@unesp.br.